

Plano de Transição Justa do Rio Grande do Sul não traz transição nem justiça

Apresentado nesta quinta-feira, Plano de Transição Energética Justa do Rio Grande do Sul mantém o carvão na matriz energética por mais de duas décadas

O Plano de Transição Energética Justa do Rio Grande do Sul (TEJ-RS), lançado nesta quinta-feira (18/6) pelo governo do estado, desconsidera alternativas importantes para o fim da dependência energética do carvão mineral no estado gaúcho que concentra 90% das reservas desta fonte fóssil, sendo a mais poluente para fins energéticos. O Instituto Internacional Arayara considera que os recursos do governo federal para a contratação das usinas, bem como os subsídios da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para a geração de energia térmica a partir do carvão pode ser direcionada para a aposentadoria antecipada dos trabalhadores próximos à idade de se aposentar e requalificação remunerada dos demais trabalhadores, garantindo empregos verdes que não dependam de uma atividade econômica datada e com prazo para terminar.

Sua continuidade representa uma ameaça aos compromissos climáticos de frear o aquecimento global e as mudanças do clima, que já refletem eventos climáticos extremos em todo o mundo, sendo o estado do Rio Grande do Sul gravemente afetado com as enchentes de 2024 é considerado um território no Brasil de porta de entrada aos eventos climáticos extremos.

O recente reconhecimento da Justiça Federal sobre a inclusão dos impactos climáticos e das emissões de gases de efeito estufa (GEE) como parte obrigatória para renovação da licença ambiental da Usina Termelétrica de Candiota III criou um marco jurídico inédito para a justiça climática. Na prática, significa que o Ibama não poderá renovar automaticamente a licença de operação desta usina sem considerar os impactos climáticos da atividade, o histórico de infrações ambientais acumuladas e a necessidade de um plano de descomissionamento da operação. A usina soma, atualmente, cerca de R\$ 125 milhões em multas não pagas ao Governo Federal.

Torna-se mais grave o fato de a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) ser uma estatal, fornecedora do combustível utilizado na usina a carvão mineral de Candiota. Na série de privatizações que se deram em estatais gaúchas nos últimos anos, incluindo companhias de saneamento e energia elétrica, a mineradora foi poupada, indicando se tratar de um ativo estratégico para o governo.



Além disso, o fato de a CRM ser vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA-RS) torna ainda mais contraditória a extensão do uso do carvão na matriz elétrica do estado. Tanto a mineradora estatal quanto a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) são vinculadas ao mesmo órgão, tornando frágil a independência nessa relação.

A Arayara também considera que a participação da sociedade foi muito prejudicada ao longo da construção do plano. O instituto acredita que deveria ter sido constituída uma comissão técnica e maior debate em audiências públicas. Apenas duas foram realizadas nos territórios, onde a população é dependente de empregos e receitas vinculados à atividade carbonífera. Embora tenha sido objeto de consulta pública, não foi realizada audiência na capital, Porto Alegre, limitando a participação popular.

Junto ao TEJ, o estado também apresentou o Plano de Ação Climática (PLAC-RS), que estabelece diretrizes para o planejamento climático estadual até 2050. A Arayara considera, porém, que a presença do carvão na matriz energética num horizonte tão prolongado torna praticamente impossível o atingimento da neutralidade de carbono até 2050, conforme estabelecido pelo Acordo de Paris, do qual o Brasil é signatário. Ainda mais desafiador é atingir as metas intermediárias, de cortes entre 59% e 67% das emissões até 2035.

O plano apresentado pelo Rio Grande do Sul traz inspirações da lei que instituiu o Plano de Transição Energética Justa de Santa Catarina (PTEJ-SC) — objeto de uma ação civil pública — que também preservou o carvão até 2050, sob o pretexto de preparar a região carbonífera do Sul do estado, composta por 46 municípios, para a substituição gradativa do mais danoso dos combustíveis fósseis.

Estudo recente elaborado pela Arayara e o Centro de Pesquisa sobre Energia e Ar Limpo (CREA) revela que o carvão em Candiota pode ter causado R\$ 5,1 bilhões em danos à saúde entre 2017 e 2025 por poluição do ar. As projeções são de um prejuízo ainda maior, de R\$ 11,7 bilhões em danos até 2040, com emissões atmosféricas que também afetam a Argentina e o Uruguai.

O Rio Grande do Sul precisa de um plano de transição energética justa e sustentável concreto para sua região carbonífera, com cronograma, metas e orçamentos definidos para promover a transição justa das regiões historicamente dependentes da cadeia do carvão. Esses planos devem ser feitos com os trabalhadores, academia e as comunidades locais — e não apenas para eles — prevendo alternativas econômicas, recuperação ambiental das áreas impactadas pela mineração e geração de energia termelétrica (inclusive corpos hídricos impactados pela Drenagem Ácida de Mineração do Carvão - DAM) e a incorporação de mecanismos de monitoramento e responsabilização pelo seu cumprimento.

